

**Filosofia Unisinos**

*Unisinos Journal of Philosophy*

26(1): 1-15, 2025 | e26110

Nome dos editores responsáveis pela avaliação:

Inácio Helfer

Leonardo Marques Kussler

Luís Miguel Rechiki Meirelles

Unisinos – doi: 10.4013/fsu.2025.261.10

Artigo

## Anomalismo, apriorismo e causação mente-corpo: o melhor argumento de Hume contra a necessidade causal

Anomalism, apriorism, and mind-body causation: Hume's best argument against causal necessity

**Pedro Fior Mota de Andrade**

<https://orcid.org/0000-0002-1225-5858>

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: pefimoan@gmail.com

### RESUMO

Neste artigo, pretendo oferecer uma reconstrução de um dos argumentos mobilizados por Hume contra as tradicionais concepções modais de causação para mostrar como ele, quando reinterpretado à luz da tese do anomalismo psicofísico, pode se mostrar convincente no debate contemporâneo sobre causação. Meu argumento envolve reformular inteiramente a estratégia argumentativa humeana e reavaliá-la criticamente as razões originalmente apresentadas por ele para, assim, reintroduzir o que julgo ser seu argumento mais promissor remodelado pelos conceitos de anomalismo psicofísico, apriorismo e a nomologia da causação mente-corpo, tal como desenvolvidos por Donald Davidson e Kim Jaegwon. Concluo, então, a partir de considerações acerca da causação mental em deliberações e ações morais, como esta versão reconstruída do argumento de Hume poderia persuadir Kant, um dos filósofos que tradicionalmente articulou e desenvolveu um tipo de explicação modal de causação.

**Palavras-chaves:** anomalismo psicofísico, apriorismo, causação, Hume, Davidson, Kant.



## ABSTRACT

In this paper, I intend to offer a reconstruction of one of the arguments mobilized by Hume against the traditional modal conceptions of causation to show how it, when reinterpreted in light of the thesis of psychophysical anomalism, can prove to be convincing in the contemporary debate about causation. My argument involves reformulating the Humean argumentative strategy entirely and critically reassessing the reasons originally presented by him to, thus, reintroduce what I believe to be his most promising argument remodeled by the concepts of psychophysical anomalism, apriorism, and the nomology of the mind-body causation, such as developed by Donald Davidson and Kim Jaegwon. I conclude, then, from considerations about mental causation in moral deliberations and actions, how this reconstructed version of Hume's argument could persuade Kant, one of the philosophers who traditionally articulated and developed a type of modal explanation of causation.

**Keywords:** psychophysical anomalism, apriorism, causation, Hume, Davidson, Kant.

## 1 Introdução

Uma das questões metafísicas centrais relativas à noção de causalção refere-se ao seu estatuto modal. Não é surpreendente que, na esteira desta mesma discussão, diferentes teorias tenham sido desenvolvidas para explicar em que consistem relações causais propriamente ditas. Tradicionalmente, a maior parte dos filósofos, incluindo Aristóteles, os estoicos, Tomás de Aquino, Descartes, Hobbes, Espinoza, Kant, entre outros, favoreceu explicações modais de causalção.<sup>1</sup> Este tipo de abordagem sustenta que a ocorrência de certos eventos necessita a ocorrência de outros enquanto seus efeitos. Em tese, Hume foi um dos primeiros filósofos que não apenas desafiou explicitamente esta concepção ao apresentar uma explicação não modal de causalção, segundo a qual não há ocorrência necessária de quaisquer eventos enquanto efeitos da ocorrência de outros na natureza, como também articulou uma teoria causal baseada nessa abordagem. Esta análise pavimentou o caminho para concepções contemporâneas inspiradas na mesma tese, tais como as de David Lewis (1973, 1986a) e J. L. Mackie (1980).

No entanto, é importante também destacar que, nas últimas décadas, a interpretação da posição filosófica de Hume sobre a natureza da causalção tem se caracterizado por uma controvérsia acerca do objeto real da dúvida cética humeana a respeito desta relação. Essa controvérsia se manifesta no contraste entre um tipo de interpretação "padrão" ou "ortodoxa" e um tipo de interpretação "nova" ou "realista cética" de Hume (Levy, 2000, p. 41).<sup>2</sup> Por um lado, a interpretação padrão situa a dúvida cética humeana na própria inteligibilidade do conceito de conexão necessária logicamente contido no conceito de causalção, o que implicaria, do ponto de vista ontológico, que a natureza da relação causal entre eventos e objetos deve consistir em uma conexão meramente contingente (Passmore, 1952, p. 116; Stroud, 1977, p. 77-79, 85-87; Ayer, 2000, p. 82-83; Fogelin, 1985, p. 50-52). De acordo com essa imagem, relações causais meramente supervêm ao arranjo particular de qualidades fundamentais que, em função da inexistência de necessidade nômico-causal, podem ser rearranjadas e recombinações livremente na natureza (Lewis, 1986a, p. ix-xi; 1986b, p. 88). Por outro lado, a interpretação mais recente situa a dúvida cética humeana no acesso epistêmico à relação causal existente entre eventos e objetos,

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada da história das teorias antigas e modernas da causalção, ver Hulswit (2002, p. 1-45).

<sup>2</sup> Ressalva-se que, além dessas duas vertentes interpretativas centrais nessa discussão, existem leituras adicionais relativas à posição filosófica de Hume sobre a natureza da causalção. No entanto, não pretendo me aprofundar nestas nuances interpretativas neste trabalho. Para uma análise compreensiva dessas interpretações, ver Levy (2000, p. 65).

o que implicaria, do ponto de vista ontológico, que a natureza dessa relação, ainda que profundamente obscura, pode, em tese, consistir em uma conexão causal necessária (Wright, 1983, p. 127; Strawson, 1989, p. 219-222; Costa, 1989, p. 180; Kail, 2007, p. 80, 83-85). De acordo com essa imagem, regularidades constantes entre eventos só podem ser sensorialmente percebidas em razão da presença de conexões causais necessárias que os conectam, as quais se apresentam como profundamente secretas e epistemicamente opacas à razão humana dadas o quão diminutas, distantes e opostas causas contrárias e convergentes podem ser e operar na produção de seus efeitos.

O argumento que pretendo desenvolver neste artigo se destina a três possíveis propósitos no contexto destas discussões. Primeiro, pretendo reconstruir um dos argumentos de Hume contra a noção de necessidade causal de modo a mostrar que ele pode fazer referência a um distintivo anomalismo do mental, o que comprometeria inferências a priori especificamente na dimensão causal mente-corpo. Sustento que essa reconstrução do argumento de Hume seria capaz de persuadir alguns filósofos que defendem a abordagem modal de causalidade como, por exemplo, Kant, conforme pretendo demonstrar. Segundo, este argumento, em tese, se destinaria a apoiar a interpretação realista cética de Hume, pois se baseia em uma dúvida cética não acerca da inteligibilidade do conceito de necessidade causal em si, mas acerca da possibilidade de um suposto conhecimento a priori da relação causal existente entre dois tipos distintos de eventos. No entanto, em terceiro e último lugar, este argumento também pode, até certo ponto, sustentar a interpretação padrão de Hume, desde que se assuma, como premissa complementar, uma concepção minimamente dualista da filosofia da mente humeana. E aponto que há evidência textual nas obras de Hume para se acreditar em uma tal concepção. Neste sentido, a minha reconstrução do argumento de Hume pode fortalecer qualquer uma das interpretações, ainda que a primeira seja apoiada mais diretamente e a segunda só seja sob a condição de se assumir compromissos teóricos adicionais.

Na primeira seção deste texto, eu revisito os principais argumentos de Hume contra a inteligibilidade ou acesso epistêmico ao conceito de necessidade causal para, em primeiro lugar, apresentar a estratégia geral empregada por ele em sua empreitada e, em segundo lugar, argumentar que, com exceção de um, todos os argumentos, em alguma medida, fracassam em seus objetivos pretendidos. Na segunda seção, eu redesenho o que julgo ser uma estratégia argumentativa mais eficaz para os propósitos de Hume e, assim, apresentar o que sustento ser uma reconstrução de seu melhor argumento contra a necessidade causal. Na terceira seção, eu me aprofundo na reconstrução do argumento de Hume detalhando a base conceitual sobre a qual ela repousa, com a mobilização dos conceitos de anomalismo psicofísico, apriorismo, e a específica nomologia da causalidade mente-corpo, tal como desenvolvidos por Donald Davidson e Kim Jaegwon. Na quarta e última seção, eu aponto que o próprio Kant, um dos filósofos que famosamente desenvolve uma explicação modal de causalidade, parece endossar as conclusões desta versão reconstruída do argumento de Hume, o que é evidenciado a partir de sua discussão sobre causalidade mental no âmbito de sua filosofia moral.

## 2 Revisitando a estratégia geral e os argumentos de Hume

Tal como desenvolvida no *Tratado da natureza humana* (1739-40) e em *Uma investigação sobre o entendimento humano* (1751), a análise humeana de causalidade pode ser dividida em duas partes: a parte negativa, em que Hume se dedica a apresentar argumentos e razões para se rejeitar a concepção modal tradicional de causalidade, e a parte positiva, em que ele se propõe a oferecer sua própria concepção não modal de causalidade e formular as definições apropriadas deste fenômeno. Para os propósitos deste texto, focarei apenas na parte negativa desta análise com o objetivo de avaliar tanto a estratégia geral quanto os argumentos empregados por Hume até este ponto da discussão. A estratégia argumentativa de Hume contra a noção de necessidade causal parece envolver um conjunto de teses

empiristas que, embora possam parecer plausíveis à primeira vista, nos onera com o encargo teórico de ter de nos comprometermos a aceitá-las de antemão para que seus argumentos sejam eficazes. Enquadrar o problema desta forma pode não ser a estratégia argumentativa mais eficaz, conforme pretendo mostrar.

A primeira tese empirista que enquadra a abordagem humeana de causação em sua parte negativa é a de que qualquer análise conceitual deve ser conduzida por um tipo de investigação genética que rastreie a impressão sensorial original a que um conceito básico possa corresponder. Hume serve-se desta tese empirista como critério de análise de conceito de causação no Livro 1, Parte 3, Seção 2 do *Tratado* e a reitera e generaliza na Seção 7 das *Investigações* (Hume, 2000, p. 103; 2003, p. 117).<sup>3</sup> Essa tese pressupõe uma variante específica do empirismo que Hume parece endossar como um princípio central de sua filosofia, o empirismo conceitual.<sup>4</sup>

Como consequência desta tese, Hume exige que o próprio conceito de necessidade causal corresponda a algum dado sensorial específico para que possa ser perceptível e mesmo racionalmente inteligível. Desta forma, destaca-se, em primeiro lugar, que esta primeira tese empirista visa nortear a análise da necessidade causal em nível conceitual no âmbito da estratégia geral de Hume. No entanto, Hume também mobiliza uma segunda tese tipicamente empirista para enquadrar sua análise de causação em sua parte negativa. A segunda tese enuncia que todo conhecimento proposicional deve ser alguma forma de enunciado analítico a priori ou sintético a posteriori.<sup>5</sup> Embora, esta tese seja metodologicamente empregada por Hume para avaliar o estatuto epistêmico e semântico de vários de nossos conhecimentos ao longo de sua obra, sua melhor formulação é apresentada no contexto da discussão acerca das fontes motivacionais da ação no Livro 2, Parte 3, Seção 3 do *Tratado* e na Seção 7 das *Investigações* (Hume, 2000, p. 449; 2003, pp. 53-54).

Hume serve-se desta tese empirista para avaliar as credenciais epistêmicas de nossas inferências causais. Que tipos de razões nos autorizam a estarmos justificados em acreditar em nossos raciocínios causais supostamente necessários? De que forma podemos avaliar as pretensões de verdade necessária levantadas por enunciados causais? Portanto, destaca-se, em segundo lugar, que esta segunda tese empirista visa nortear a análise da necessidade causal em nível de justificação de proposições causais no âmbito da estratégia geral de Hume. Assim, estas duas teses compõem o que considero ser a estratégia argumentativa geral de Hume contra a noção de necessidade causal. Elas não apenas enquadram toda a análise do problema como também são as premissas das quais seus argumentos dependem para serem válidos. Em seguida, apresentarei os quatro argumentos de Hume contra a noção de necessidade causal para mostrar que, com exceção de um, todos parecem ser razoavelmente contestáveis.

O primeiro argumento depende inteiramente da primeira tese empirista como premissa maior. Tendo em vista que a inteligibilidade do conceito de necessidade causal depende do rastreamento genético de uma impressão sensorial apropriada em eventos e objetos, o primeiro argumento afirma que, sob uma inspeção empírica deles, não é possível identificar nenhum dado sensorial equivalente a uma qualidade ou relação causal necessária entre eventos na natureza. Hume apresenta esse argumento no Livro 1, Parte 3, Seção 2 do *Tratado* e na Seção 4 das *Investigações* (Hume, 2000, p. 105-106; 2003, p. 55-56).

<sup>3</sup> A descrição da primeira tese empirista nas *Investigações* faz referência a uma tese adicional pressuposta por Hume no contexto desta discussão, a saber, o princípio da cópia. De acordo com esse princípio, todas as nossas ideias simples (conceitos básicos) são cópias fidedignas mais fracas de nossas impressões (percepções sensoriais) mais vívidas. Para os nossos atuais propósitos, não é necessário aprofundarmo-nos na análise do mérito desse princípio, porém, para mais sobre ele, ver Hume (2000, p. 28; 2003, p. 35-36).

<sup>4</sup> O empirismo conceitual é uma das versões mais estritas desta tradição epistemológica e enfatiza principalmente o processo de formação de conceitos, pelo qual todo o conteúdo mental deve ser derivado da experiência.

<sup>5</sup> Esta tese é famosamente conhecida pela literatura como "Hume's fork" (Dicker, 1998, p. 35). Ela foi ligeiramente reformulada e, em sua essência, compartilhada por empiristas lógicos do século XX. Quine notadamente caracterizou esta tese como o primeiro dos dois dogmas do empirismo (Quine, 1975, p. 237).

O segundo argumento também parece depender da primeira tese empirista como premissa maior e adota uma estratégia muito similar ao do primeiro com o intuito de alcançar resultados semelhantes. Esse argumento afirma que, sob uma inspeção puramente introspectiva e a priori de eventos e objetos, nenhuma impressão interna equivalente a uma qualidade ou relação causal necessária entre eventos é encontrada. Causas e efeitos particulares são determinados como inteiramente distintos e separáveis entre si, de modo que não se incorre em contradição lógica conceber quaisquer tipos de efeitos independentemente e não relacionados a quaisquer tipos de causas. Conclui-se, portanto, que não é possível deduzir a priori qualquer qualidade ou relação causal necessária entre eventos na natureza. Hume desenvolve esse argumento no Livro 1, Parte 3, Seção 3 do *Tratado* e o resume novamente na Seção 4 das *Investigações* (Hume, 2000, p. 107-108; 2003, p. 59).

O terceiro e quarto argumentos dependem inteiramente da segunda tese empirista como premissa maior. Tendo em vista que, como corolário desta segunda tese, raciocínios causais só podem ser justificados analiticamente a priori ou sinteticamente a posteriori, a questão que surge é como podemos estar justificados a acreditar na validade de nossas inferências causais aparentemente necessárias. O terceiro argumento destina-se a negar que nossas inferências causais possam ser justificadas a priori, na medida em que não acarreta contradição lógica imaginar que padrões causais firmemente estabelecidos no passado, os quais fornecem a justificação de nosso raciocínio causal, possam se alterar drasticamente no futuro. Hume descreve o argumento no Livro 1, Parte 3, Seção 6 do *Tratado* e na Seção 4 das *Investigações* (Hume, 2000, p. 117-118; 2003, p. 65).

Finalmente, o quarto argumento, por sua vez, destina-se a negar que nossas inferências causais possam ser justificadas a posteriori, mostrando que uma justificação desta natureza sempre implica no famoso problema da indução. Tentativas de justificação a posteriori de nossas inferências causais incorrem em circularidade, uma vez que a justificação de nosso raciocínio causal, a saber, os padrões causais firmemente estabelecidos no passado, são eles mesmos o fundamento de justificação de todos os nossos enunciados sintéticos a posteriori. Assim, mobilizar razões empíricas para justificar o princípio que as justifica consiste em circularidade. Hume apresenta esse argumento no Livro 1, Parte 3, Seção 6 do *Tratado* e na Seção 4 das *Investigações* (Hume, 2000, pp. 118-119; 2003, pp. 65-66).

Neste ponto, parece evidente de que formas esse conjunto de argumentos procura enfraquecer a noção comumente assumida de necessidade causal tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista proposicional em nossas inferências causais. No entanto, é importante ter em mente que, conforme aponte, nenhum desses argumentos consegue, nestes termos, seja por si só ou conjuntamente, alcançar esse resultado conclusivamente.

Por exemplo, no que diz respeito ao primeiro argumento, segundo o qual o fracasso no rastreamento empírico de uma impressão sensorial apropriada seria indício da ausência de uma qualidade ou relação causal necessária entre eventos ou da própria ininteligibilidade deste conceito, pode-se alegar que é claramente falho por algumas razões. Em primeiro lugar, esse argumento, se levado às últimas consequências, parece fracassar em estabelecer uma distinção precisa entre relações causais e correlações espúrias. Hume não apenas aceita essa distinção, mas também precisa admiti-la para que sua análise causal seja minimamente coerente (Hume, 2000, p. 105). Afinal, se o conjunto total de impressões sensoriais detectáveis em relações causais equivalerem exatamente àquelas encontradas em meras conjunções regulares, não é claro como qualquer noção causal, necessária ou não, possa ser determinada. No entanto, é exatamente essa a conclusão que esse argumento parece estabelecer (Stroud, 1977, p. 44-45). Em segundo lugar, esse argumento se enfraquece por se basear em uma generalização indutiva e não em um ponto lógico-conceitual. Se o conceito de necessidade causal realmente requer uma impressão sensorial detectável equivalente a essa qualidade ou relação entre eventos para ser inteligível, a identificação de uma única instância desse dado sensorial não garante que ele ocorrerá novamente em qualquer outro tempo ou lugar na natureza. No entanto, o argumento, exatamente por se basear em uma generalização indutiva, nos obriga a continuar rastreando

essa impressão sensorial para sermos capazes de identificar e reidentificar instâncias de necessidade causal na natureza (Ayer, 2000, p. 80-81).

O segundo e terceiro argumentos parecem padecer de problemas muito semelhantes, uma vez que ambos recorrem à noção de necessidade lógica. Em primeiro lugar, o segundo argumento explora os conceitos de distinção e separabilidade das noções de causa e efeito para demonstrar que não é contraditório concebê-los de forma independente e não relacionada entre si, o que, por sua vez, refutaria a existência de uma conexão causal necessária entre causas e efeitos. No entanto, Hume não é claro definindo seus termos aqui. Ele parece defini-los circularmente, uma vez que, em seu argumento, distinção e separabilidade operam como critério de contraditoriedade, ao passo que contraditoriedade é a noção empregada para explicar distinção, identidade e separabilidade de duas noções (Stroud, 1977, p. 48). Em segundo lugar, a noção de necessidade lógica é empregada de maneira errônea por Hume tanto em seu segundo quanto em seu terceiro argumentos. Concebibilidade psicológica simplesmente não é critério de necessidade lógica. Um exemplo que ilustra essa discussão é o da conjectura de Goldbach, segundo a qual todo número par maior que dois é a soma de dois primos. Tendo em vista sua atual natureza conjectural, é, em princípio, igualmente possível conceber que ela seja provada ou refutada. No entanto, é falso que tanto a verdade quanto a falsidade da conjectura, ou qualquer enunciado matemático nesse sentido, possam ser igualmente possíveis (Stroud, 1977, p. 50; Ayer, 2000, p. 76-77). A noção de necessidade lógica refere-se primariamente a enunciados logicamente verdadeiros, a saber, enunciados verdadeiros em função da forma lógica de suas sentenças ou do significado dos termos envolvidos, os quais, quando adequadamente transformados ou substituídos, podem ser reduzidos a tautologias ou contradições (Quine, 1975, p. 243).

O quarto argumento, embora seja o mais convincente desse conjunto de razões, também enfrenta uma objeção persuasiva. O problema da indução conclui que não possuímos razões a posteriori para estarmos justificados em acreditar em nossas inferências causais. No entanto, enunciados empíricos, por definição, podem contar como razões para acreditarmos em nossas inferências causais, uma vez que são tipos de entidades que caem sob o próprio conceito de razão, a saber, uma consideração em favor de acreditar em algo (Strawson, 1952, p. 256-257; Stroud, 1977, p. 64-65). Portanto, esse argumento parece fracassar parcialmente, pois, embora ele se alinhe à tese geral humeana ao estabelecer que nossas inferências causais são derivadas da experiência e não da pura razão introspectiva, Hume está equivocado em sustentar que não possuímos qualquer razão a posteriori ou nunca podemos estar justificados em acreditar em nossas inferências causais.

Não é surpreendente que, em última instância, esses argumentos fracassem, uma vez que derivam de duas teses igualmente questionáveis que compõem a estratégia argumentativa geral de Hume contra a noção de necessidade causal. Afinal, não é evidente que o conceito de necessidade causal tenha que estar associado a uma impressão sensorial original equivalente para ser inteligível (Ewing, 1951; Armstrong, 1997; Tooley, 2003). Também não é evidente que todo conhecimento proposicional deva ou ser alguma forma de enunciado analítico a priori ou sintético a posteriori (Kant, 2001). No entanto, em que pesem as deficiências desses argumentos, acredito que o segundo deles ainda permanece promissor para se alcançar os propósitos pretendidos por Hume. Contudo, para que possa ser válido, esse argumento deve ser reconstruído e compreendido no contexto de uma outra estratégia argumentativa, pois a primeira não possui chances de prosperar.

### 3 Reformulando a estratégia geral e reconstruindo o melhor argumento de Hume

Deve-se recordar que o segundo argumento de Hume enuncia que, sob uma inspeção puramente introspectiva e a priori de eventos e objetos, conclui-se que não há qualquer impressão interna indica-

tiva de uma qualidade ou relação de necessidade causal entre eventos. Causas e efeitos particulares são inteiramente distintos e separáveis entre si, de modo que não se incorre em contradição lógica conceber quaisquer tipos de efeitos independentemente e não relacionados a quaisquer tipos de causas. Conseqüentemente, qualquer qualidade ou relação causal necessária entre eventos na natureza não é discernível a priori. É importante especificar o alcance e o resultado desse argumento. Ele visa primariamente levantar dúvidas quanto à possibilidade de conhecimento a priori de uma relação causal necessária entre eventos, o que, em tese, não significa que essa relação não subsista na natureza. Minha tese é que esse argumento, apesar de enfrentar fraquezas na maneira em que foi originalmente desenvolvido, pode adquirir nova plausibilidade se reconstruído no contexto de uma estratégia argumentativa menos exigente, que não nos onere desnecessariamente com o encargo de ter de assumir teses ou premissas questionáveis de antemão.

A nova estratégia que sugiro para nortear essa discussão é uma forma simples de redução ao absurdo, pela qual a hipótese assumida, quando confrontada com um contraexemplo após uma análise suficientemente exaustiva do problema, é concluída como falsa. Neste caso, a hipótese assumida é a de podemos deduzir que certos eventos necessitam causalmente a ocorrência de outros enquanto seus efeitos específicos. Por conseguinte, a estratégia consiste em avaliar os méritos dessa hipótese nas diferentes dimensões causais existentes, a saber, corpo-corpo, mente-mente e mente-corpo. É importante destacar que essa nova estratégia argumentativa a que estou me referindo não é inteiramente inovadora e, em certa medida, é desenvolvida pelo próprio Hume na Seção 7 das *Investigações*. De fato, Hume parece aludir explicitamente a esse tipo de abordagem no início da Parte 2 da Seção 7 desse texto, quando sugere que a hipótese não se sustenta após uma análise supostamente exaustiva do problema: "Procuramos em vão pela ideia de poder ou conexão necessária em todas as fontes das quais podíamos supô-la derivar-se" (Hume, 2003, p. 111-112). Observe, por exemplo, como Hume rejeita a possibilidade de se discernir qualquer conexão necessária na dimensão causal corpo-corpo:

*Parece que, em casos isolados de operações de corpos, jamais podemos descobrir, mesmo pelo exame mais minucioso, algo além de um simples acontecimento seguindo-se a outro, e não somos capazes de apreender qualquer força ou poder pelo qual a causa operasse, ou qualquer conexão entre ela e seu suposto efeito. (Hume, 2003, p. 112)*

Igualmente, no que se refere à dimensão causal mente-mente, Hume se mostra cético com relação à possibilidade de compreensão de qualquer conexão necessária entre nossa vontade e nossas ideias:

*A autoridade da vontade sobre suas próprias faculdades e ideias não é nem um pouco mais compreensível, de modo que, levando-se tudo em conta, não parece haver em toda a natureza um único exemplo de conexão que seja concebível por nós. Todos os acontecimentos parecem inteiramente soltos e separados. Um acontecimento segue outro, mas jamais nos é dado observar qualquer liame entre eles. (Hume, 2003, p. 112)*

Finalmente, Hume aponta para essa mesma dificuldade na dimensão causal mente-corpo:

*A mesma dificuldade aparece quando contemplamos as operações da mente sobre o corpo, caso em que observamos que o movimento deste último se segue à volição da primeira, mas não somos capazes de observar ou de conceber o liame que interliga movimento e volição, ou a energia pela qual a mente produz esse efeito. (Hume, 2003, p. 112)*

Por mais que Hume pretenda ter estabelecido a impossibilidade de se ter conhecimento a priori de uma suposta conexão causal necessária entre quaisquer tipos de eventos existentes, não é evidente

que seu argumento, apoiando-se exatamente na premissa da inspeção a priori de eventos e objetos, seja bem-sucedido para todas as dimensões causais acima citadas. Afinal, é importante notar que diferentes filósofos resistiram a essa concepção causal e, com base exatamente na mesma premissa do argumento de Hume, desenvolveram concepções de necessidade causal que permitem, em princípio, seu discernimento a priori. Kant, por exemplo, sustenta que a relação causal é um conceito a priori e, portanto, necessário e universal (Kant, 2001, p. 244). De acordo com essa concepção, uma regra causal necessária e a priori deve ser pressuposta, em nível transcendental, como uma condição para que qualquer evento singular possa ser um objeto da experiência possível (Kant, 2001, p. 246-247). A posição kantiana parte da pressuposição de que nossa imagem de experiência una e coerente é composta de múltiplos eventos conectados por uma regra causal a priori que nos permite inferir a ocorrência necessária de certos eventos a partir de outros. Causação é um conceito não empírico que permite que nosso entendimento organize o múltiplo de nossos dados sensoriais brutos para inferir a priori a ocorrência necessária de eventos na experiência.

Por outro lado, certos filósofos racionalistas conceberam a relação causal como envolvendo, sendo idêntica, ou, de alguma forma, análoga à relação de implicação lógica, o que, por definição, implica que a conexão entre eventos também seria a priori e necessária (Ewing, 1951, pp. 162-163). De acordo com essa posição, a ocorrência de certos eventos necessita a ocorrência de outros enquanto seus efeitos de maneira análoga à forma como premissas de um argumento ou silogismo válido necessitam sua conclusão. A pressuposição de que relações causais são equivalentes a implicações lógicas garante que possamos, em tese, ter conhecimento a priori dessa relação necessária entre eventos.

Finalmente, relação causal também foi imaginada como um tipo de conceito ou relação puramente teórica entre eventos, o que, em princípio, possibilitaria inferências causais a priori (Tooley, 2003, p. 425). Segundo essa concepção, relações causais necessárias são tipos de relações de segunda ordem postuladas por generalizações, analogias ou inferências à melhor explicação possível a partir da observação e análise da ocorrência sequencial de certos eventos. Por conseguinte, todas as ocorrências de sequências regulares entre eventos na natureza poderiam ser adequadamente explicadas e conhecidas pela postulação a priori de uma relação de segunda ordem causal e necessária. Em última instância, a natureza da relação causal seria exatamente a de um conceito ou entidade postulada a priori. Portanto, a análise de quaisquer sucessões de eventos empiricamente observáveis pressuporia relações hipotetizadas, que, por sua vez, não são empiricamente observáveis.

Um caminho para compreender como Hume poderia fortalecer o seu argumento contra essas concepções causais alternativas é a partir da noção de adequação a priori entre os tipos de eventos ou objetos envolvidos em enunciados causais. Esse ponto parece ser admitido por alguns filósofos defensores de concepções modais de causação quando afirmam que relações causais devem necessariamente conectar causas e efeitos ainda que não forçosamente devam figurar na forma de enunciados analíticos.<sup>6</sup> Um exemplo típico de adequação a priori entre os tipos de eventos ou objetos em enunciados causais é a correspondência conceitual subjacente a uma apropriada postulação de conceitos teóricos no contexto de uma teoria científica. Entidades teóricas podem ser definidas e caracterizadas justamente em função das propriedades causais de eventos observáveis e do corpo de enunciados teóricos de base com o intuito de fornecer uma explicação científica adequada de suas ocorrências. No entanto, a possibilidade de adequação a priori parece ser apenas plausível no contexto de eventos ou objetos pertencentes a um mesmo quadro conceitual. E se, por um lado, a tese em favor de uma tal correspondência conceitual seja até razoável para eventos interrelacionados nas dimensões causais

---

<sup>6</sup> Certos filósofos notaram que relações causais, em regra, não podem ser expressas como enunciados analíticos, pois isso levaria à consequência indesejada de que efeitos seriam implicados a priori de suas causas por serem parte conceitual delas. Essa não é a forma como geralmente adquirimos conhecimento causal da natureza. Portanto, é inevitável que alguns tipos de relações causais devam figurar como enunciados sintéticos a priori (Kant, 2001, p. 75; Ewing, 1951, p. 166; Tooley, 2003, p. 426).

corpo-corpo e mente-mente, por outro, ela se torna bem mais duvidosa para eventos interrelacionados na dimensão causal mente-corpo. Tendo em vista que, nesta dimensão causal, eventos e objetos são conceitualmente distintos, não apenas parece não haver adequação a priori entre eles em enunciados causais, como também qualquer conceito teórico postulado para preencher essa lacuna conceitual aparenta ser uma hipótese suspeitamente ad hoc.<sup>7</sup>

Portanto, argumento que localizamos um contraexemplo adequado que falsifica a hipótese assumida em consonância com a nova estratégia geral de redução ao absurdo de Hume. Podemos então reconstruir seu argumento nos termos de que, sob uma inspeção puramente introspectiva e a priori de eventos e objetos na dimensão causal mente-corpo, não se verifica qualquer indício de uma qualidade ou relação de necessidade causal entre eventos psicofísicos. Conclui-se, por conseguinte, que, pelo menos em uma dimensão causal, não é possível discernir a priori que certos eventos necessitem causalmente a ocorrência de outros enquanto seus efeitos na natureza. Em tese, essa conclusão refuta as concepções modais de causalidade apresentadas nessa seção.

## 4 Anomalismo psicofísico, apriorismo e nomologia mente-corpo

A partir da minha reconstrução anterior do argumento de Hume, poder-se-ia objetar que assumi a tese mais importante que deveria ser demonstrada, a saber, que a natureza da interação psicofísica é caracterizada por um tipo de dualismo de propriedade ou fisicalismo não-redutivo. Afinal, diante de uma concepção fisicalista forte, como a behaviorista, a materialista redutiva ou eliminativa da relação mente e corpo, é possível que a própria referência a dimensões causais mente-mente e mente-corpo seja incoerente. De acordo com essas concepções, a única dimensão causal que existe é a física ou corpórea, de modo que, em tese, a totalidade de eventos ou objetos poderiam preservar uma uniformidade conceitual tornando relações causais necessárias entre eles plenamente determináveis. Por essa razão, pretendo analisar mais detidamente os fundamentos sobre os quais a reconstrução do argumento de Hume repousa com o intuito de reforçar sua plausibilidade. Em particular, enfatizo três conceitos interrelacionados deste arcabouço conceitual: i) anomalismo psicofísico, ii) apriorismo e iii) nomologia mente-corpo.

O anomalismo psicofísico é uma das proposições que compõem a tese geral que Donald Davidson denominou de "anomalismo mental" (Davidson, 1970, p. 208; 1974, p. 230; Jaegwon, 2005, p. 328). O anomalismo psicofísico enuncia que não existem leis estritas que conectem fenômenos psicológicos a fenômenos físicos. Essa proposição, em conjunto com a proposição do anomalismo psicológico, que, por sua vez, enuncia que não existem leis estritas que conectem fenômenos psicológicos a outros fenômenos psicológicos, caracterizam a dimensão anômala do mental em contraste com a dimensão regular dos objetos físicos. Ainda que o anomalismo psicofísico seja a tese de importância central aqui, é inevitável que tenhamos que compreender alguns aspectos envolvidos no anomalismo psicológico, de forma particular, e no anomalismo mental, de forma mais geral, para que este modelo de interação mente-corpo possa ser convincente.

Um argumento geralmente levantado em favor do anomalismo psicofísico é o reiterado fracasso das tentativas de redução definicional do mental ao físico em face da natureza holística e da realizabilidade múltipla de estados psicológicos na dimensão psíquica. Tanto o behaviorismo analítico quanto a teoria da identidade não parecem conseguir explicar tanto o fato de que a ocorrência de um único estado mental é função de um conjunto de inúmeros outros estados mentais (Davidson, 1970, p. 217;

<sup>7</sup> Essa dificuldade parece assolar qualquer uma das concepções causais modais apresentadas anteriormente. Afinal, como um conceito a priori pressuposto para a compreensão da noção de evento, uma relação análoga à implicação lógica, ou um conceito teórico poderia conectar necessariamente a ocorrência de dois tipos de entidades conceitual e categorialmente distintas?

1974, p. 231), quanto o de que o mesmo estado mental pode ser realizado por múltiplos e diferentes estados físicos (Putnam, 1960, p. 370-372). Afinal, se, por um lado, em um contexto holístico, a ocorrência de um único estado mental equivaleria a uma definição imperfeita envolvendo infinitos enunciados condicionais e disposicionais, por outro, um único e discreto equivalente corpóreo, cerebral ou neuronal não poderia ser identificado a um estado mental que pode ser, em princípio, realizado de diferentes formas por diferentes realizadores físicos. Portanto, existem importantes razões para, tal como Davidson, assumir uma postura não reducionista e preservar, em um sentido bem específico, a irreduzibilidade do mental ao físico (Davidson, 1970, p. 215-216).

O argumento da realizabilidade múltipla resulta no que, nos termos de Jaegwon, se constitui em um dos traços centrais do anomalismo psicológico, o denominado “fracasso do fechamento causal psicológico” (Jaegwon, 2005, p. 329-330). Esta é a característica de alguns eventos psicológicos de não possuírem causas psicológicas propriamente ditas. Davidson apresenta essa característica da seguinte forma:

*A teoria física promete fornecer um sistema compreensivo fechado que garante produzir uma descrição única e padronizada de todos os eventos físicos expressa em um vocabulário receptivo à lei. Não é plausível que conceitos mentais por si só possam fornecer esse enquadramento, simplesmente porque o mental não constitui, pelo nosso primeiro princípio, um sistema fechado. Acontecem muitas coisas que afetam o mental que não são em si uma parte sistemática do mental. (Davidson, 1970, p. 224, tradução nossa)*

Admitindo-se, no entanto, que todos os eventos físicos devam ter causas físicas apropriadas e que o mental é uma dimensão não fechada capaz de interagir causalmente com a dimensão física, conclui-se, contra a possibilidade de redundância ou sobredeterminação causal, que o mental também deve ser físico em natureza (Jaegwon, 1998, p. 38; 2006, p. 197). É nestes termos que o monismo anômalo ou fisicalismo não redutivo de Davidson identifica ontologicamente o fenômeno psíquico ao corpóreo ao mesmo tempo em que reconhece o “lugar comum” que é a “diferença categorial entre o mental e o físico” (Davidson, 1970, p. 223, tradução nossa). A autonomia do mental, portanto, não equivale à sua independência do físico.

A distinção categorial entre o mental e o físico revela um outro traço característico do anomalismo psicofísico, a inadequação a priori entre predicados mentais e físicos. Este traço pode ser resumido, em termos mais simples, como a ideia de que “predicados mentais e físicos não são feitos um para o outro” (Davidson, 1970, p. 218). Esta inadequação a priori decorre do fato de que predicados mentais e físicos, quando articulados em enunciados causais, não produzem sentenças analiticamente verdadeiras, uma vez que tais tipos de eventos, objetos e propriedades não se conectam em função do mero significado de seus termos. Com efeito, entidades mentais e físicas pertencem a quadros conceituais diferentes descritos por vocabulários distintos. Por conseguinte, tendo em vista que a verdade de enunciados causais na dimensão mente-corpo não é uma mera função do significado dos termos envolvidos, precisamente por conectarem tipos categorialmente distintos de eventos ou objetos, segue-se, portanto, como implicação epistêmica, que podemos saber que um conjunto de predicados de um tipo é ou não adequado aos de outro tipo independente das instâncias de ocorrência causal efetiva conectando ambos. E isto é, por definição, um tipo de conhecimento a priori.

Associado à inadequação a priori entre predicados pertencentes aos quadros conceituais do mental e do físico está o particular estatuto nomológico diferencial típico da dimensão causal mente-corpo. Geralmente, a inteligibilidade de um enunciado causal entre eventos individuais parece pressupor, de formas explícitas ou implícitas, uma afirmação nomológica postulando leis que fornecem a base para uma tal conexão causal (Hempel, 1962, p. 91). Afirmações nomológicas são tipos de proposições gerais, verdadeiras, capazes de sustentar enunciados condicionais e contrafactuais, confirmáveis por suas instanciações e especificam o que é fisicamente necessário, possível e impossível acerca do fenômeno descrito (Davidson, 1970, p. 217-218). No que diz respeito a enunciados causais conectando predicados

mentais e físicos, os quais, em tese, deveriam refletir uma forma geral nomológica, a natureza dessa interação causal psicofísica se apresenta como anomológica, contrariamente à forma geral das leis das ciências naturais (Davidson, 1970, p. 216-217; 1974, p. 230). Em razão da assimetria e inadequação a priori entre os esquemas conceituais mentais e físicos, a nomologia particular das leis psicofísicas é caracterizada por não ser estrita, por permitir generalizações empíricas meramente imperfeitas e certo grau de imprecisão, por seus enunciados serem verdadeiros apenas por aproximação e por ser restrita em sua capacidade preditiva, servindo mais adequadamente como heurísticamente informativa acerca do fenômeno descrito (Davidson, 1970, p. 216, 219-220, 222; 1974, p. 230; Jaegwon, 2005, p. 338). Esse conjunto de características que perfaz a particular nomologia da dimensão causal mente-corpo subjaz à tese do anomalismo psicofísico, segundo a qual não existem leis estritas que conectem fenômenos psicológicos a fenômenos físicos.<sup>8</sup>

Assim, à vista do arcabouço conceitual de fundo do monismo anômalo a que me referi nesta seção, é relativamente compreensível como ele pode fortalecer o segundo argumento de Hume contra a necessidade causal. Reconstruindo-o de forma ainda mais precisa à luz da tese do anomalismo psicofísico, ele enunciaria que, sob uma inspeção puramente introspectiva e a priori de eventos e objetos na dimensão causal mente-corpo, não se consegue identificar leis nomológicas estritas que assegurem uma conexão causal necessária entre eventos psicofísicos. Portanto, conclui-se que, na dimensão causal mente-corpo, em que pese a possibilidade de ocorrência de nexos causais necessários entre eventos mentais e físicos, não há conhecimento a priori possível desta relação entre ambos.

Este segundo argumento, reconstruído à luz da tese do anomalismo psicofísico, parece apoiar diretamente a interpretação realista cética de Hume. Isto porque a ausência de leis nomológicas estritas na dimensão mente-corpo justifica o ceticismo quanto à possibilidade de, em qualquer tempo, conhecer precisamente a conexão causal entre eventos mentais e físicos. No entanto, conforme sugeri anteriormente, este segundo argumento também pode fortalecer as pretensões da interpretação padrão de Hume desde que se assuma uma concepção dualista substancial mínima da relação mente-corpo como premissa adicional. Com efeito, há certas evidências textuais ao longo das obras de Hume para se acreditar que ele endossava uma tal concepção. Por exemplo, Hume claramente assume que existem duas substâncias distintas, uma espiritual e outra material, ao se indagar acerca de uma possível interação causal que pode subsistir entre elas, o que, em suas palavras, equivaleria a um dos problemas “mais misteriosos da natureza”. Assim que Hume apresenta sua dúvida na Seção 7 das *Investigações*:

*Pois, primeiro, haveria em toda a natureza algum princípio mais misterioso do que a união da alma com o corpo, pela qual uma suposta substância espiritual adquire uma tal influência sobre uma substância material a ponto de o mais tênue pensamento ser capaz de pôr em movimento a matéria mais crassa? (Hume, 2003, p. 101, grifo do autor)*

A mesma pressuposição reaparece apenas alguns parágrafos depois no contexto do mesmo questionamento na Seção 7 das *Investigações*:

*Não haveria aqui, seja na substância material, seja na espiritual, ou em ambas, algum mecanismo oculto, ou estrutura secreta de partes, de que o efeito depende e que, sendo-nos inteiramente desconhecido, torna igualmente desconhecido e incompreensível o poder ou energia da vontade? (Hume, 2003, p. 106)<sup>9</sup>*

<sup>8</sup> A identificação ontológica entre entidades mentais e corpóreas combinada com a ausência de leis psicofísicas estritas que prevejam a interação causal entre ambas é o que define o fisicalismo de instância (*token physicalism*) característico do monismo anômalo em contraposição ao fisicalismo de tipo (*type physicalism*) característico da teoria da identidade (Davidson, 1970, p. 214).

<sup>9</sup> Em outras obras, tais como no ensaio postumamente publicado *Da imortalidade da alma* (1777), Hume parece voltar a pressupor que corpo e espírito são substancialmente distintos em seus argumentos por analogia contra a imortalidade da alma (Hume, 2004, p. 822).

É importante notar como esse argumento reconstruído contra concepções modais de causação opera diferentemente quando essa concepção dualista substancial mínima é assumida no contexto geral do raciocínio desenvolvido por Hume. Ao invés de meramente levantar uma dúvida cética a respeito da possibilidade de se conhecer os meandros infinitos, diminutos e enigmáticos da relação causal entre eventos mentais e físicos, ele pode servir para fornecer uma razão adicional para se duvidar de que a já controversa interação causal entre dois tipos de substâncias essencialmente distintas, uma espiritual e outra material, possa ser, em qualquer momento, necessária. Isto implicaria que a natureza da relação causal entre eventos mentais e físicos, se realmente for possível, deveria ser meramente contingente.

## 5 Kant e a ação sob a ideia da liberdade

Deve-se ressaltar, no entanto, que essa versão do argumento reconstruído de Hume só pode ser convincente se for capaz de persuadir filósofos que favorecem um tipo de explicação modal de causação. Nesta última seção, pretendo ilustrar, a partir da discussão relativa à causação mental no âmbito de sua teoria ética, como Kant poderia concordar com Hume no que diz respeito à tese do anomalismo mental, a despeito do primeiro ainda representar uma tradição de filósofos que famosamente articulou e defendeu uma teoria modal de causação.

No que se refere aos propósitos específicos deste texto, convém restringir-se à descrição kantiana da causação mental em sua teoria ética e suas implicações para a dimensão causal mente-corpo, tal como apresentadas na Terceira Seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e na Dedução das Proposições Fundamentais da Razão Prática Pura da *Crítica da Razão Prática* (1788). Essencial à teoria ética kantiana, por pretender rejeitar que a moralidade seja determinada pelo puro capricho da causalidade heterônoma da natureza, é a pressuposição de que seres racionais possam, em princípio, ser capazes de autodeterminar-se causalmente por meio da razão prática ou vontade para agir de modo autônomo segundo a representação do imperativo categórico no domínio prático (Kant, 2009, p. 183, 347-349). Ao mesmo tempo, seres racionais, enquanto entes dotados de existência empírica, devem reconhecer-se como necessariamente submetidos à causalidade eficiente total da natureza no domínio sensorial (Kant, 2011, p. 67-69). Diante do desafio de viabilizar teoricamente uma única instância possível de comportamento moral em um contexto puramente determinista delineado pelas leis causais da natureza, Kant sustenta que a única forma pela qual o imperativo categórico seria possível é por meio de uma ação "sob a ideia da liberdade", uma pressuposta ideia da razão pela qual seres racionais podem "se transportar", "se transferir" ou "se considerar" como pertencendo ao mundo inteligível, além do mundo meramente sensível da natureza (Kant, 2009, p. 353, 369-373, 381; 2011, p. 68). No domínio da ordem noumênica, vige, para os seres racionais, uma ordem causal estabelecida pela atuação da razão pura prática autolegisladora através da lei moral, o imperativo categórico (Kant, 2009, p. 389; 2011, p. 76-77).

Embora a essa descrição subjaza uma concepção dualista da dinâmica causal nas dimensões da mente e da matéria, tal como o próprio Kant reconhece, ela, por si, ainda não sugere qualquer traço de anomalismo mental.<sup>10</sup> É precisamente quando Kant procura compreender como essa ideia da liberdade pode ser possível ou, de modo equivalente, como a razão pura pode ser prática, que sua concepção de causação mental adquire um traço anômalo no contexto de sua filosofia moral. Isto porque a própria noção de liberdade, atributo da vontade de seres racionais e pressuposto da lei moral em geral, nunca pode apresentar-se na experiência possível como cognoscível através de conceitos puros ou empíricos

<sup>10</sup> Kant parece subscrever a este tipo de dualismo quando afirma que o mero pensamento da ideia da liberdade por parte de seres racionais "acarreta, por certo, a ideia de uma ordem e legislação diversa do mecanismo da natureza que diz respeito ao mundo sensível, e torna necessário o conceito de um mundo inteligível" (Kant, 2009, p. 391).

do entendimento humano. É desta forma que Kant caracteriza o estatuto da liberdade na Terceira Seção da *Fundamentação*:

*Mas a razão transgrediria todos os seus limites tão logo empreendesse explicar como a razão pura pode ser prática, o que seria a mesmíssima coisa que a tarefa de explicar como é possível a liberdade. [...] A liberdade, porém, é uma mera ideia cuja realidade objetiva não pode de maneira alguma ser comprovada segundo leis naturais, por conseguinte tampouco numa experiência possível qualquer, não podendo, pois, jamais ser compreendida ou sequer discernida, porque jamais se pode calçá-la num exemplo segundo uma analogia qualquer. (Kant, 2009, pp. 393, grifo do autor)*

Mais especificamente, a incognoscibilidade de uma vontade livre em seres racionais se caracteriza pelo fato de a razão prática não poder mobilizar a categoria de causalidade para fins de conhecimento da particular conexão entre eventos e objetos na experiência possível. Em vez disso, ela pensa este conceito puro do entendimento humano como mero fundamento de determinação causal de um agente livre no domínio prático em geral, sem pretender compreender como essa particular conexão causal efetivamente se concretiza (Kant, 2011, p. 79).

Neste sentido, é importante ressaltar que o anomalismo apontado aqui não equivale à total ausência de leis nomológicas estritas que conectem fenômenos psicológicos entre si, uma vez que, na visão de Kant, a razão prática ou a vontade livre autodetermina-se causalmente por meio da representação da legislação específica do imperativo categórico. Na realidade, o traço anômalo se manifesta no fato de que não podemos, em princípio, deter qualquer conhecimento, muito menos a priori, de como essa conexão causal pode se concretizar na dimensão mental. Não é, então, surpreendente que Kant caracterize este momento como o “limite supremo de toda investigação moral” (Kant, 2009, p. 405).

Existem evidentes implicações do particular anomalismo psicológico subjacente a esta descrição para a dimensão causal mente-corpo na teoria ética de Kant. Em particular, em razão das dinâmicas causais distintas que estruturam o mundo sensível e o mundo inteligível, a tese do anomalismo psicofísico, no sentido de inexistência de leis estritas que conectem fenômenos psicológicos a fenômenos físicos, se torna plausível no contexto desta teoria. Por conseguinte, pode-se razoavelmente levantar dúvidas sobre como podemos saber que a razão pura pode, em qualquer instância, ser prática. Por vezes, Kant explicitamente afasta essa objeção asseverando que a razão prática “tem que conhecer de algum modo determinado a causalidade com vistas às ações da vontade no mundo sensorial” sob pena de que ela “não poderia produzir efetivamente nenhum ato” (Kant, 2011, p. 80). No entanto, em outras vezes, Kant se mostra mais receptivo à objeção de que não se pode determinar, com absoluta certeza, se a causa determinante de qualquer vontade e, por conseguinte, de qualquer ação, é, de fato, a representação do dever ao imperativo categórico. Tal é forma como Kant apresenta sua dúvida:

*De fato, é absolutamente impossível estabelecer com plena certeza pela experiência um único caso em que a máxima de uma ação, de resto conforme ao dever, tenha assentado unicamente em razões morais e sobre a representação que cada um se faz de seu dever. [...] não se pode de modo algum inferir com segurança que absolutamente nenhuma impulsão secreta do amor-de-si tenha sido na realidade, sob a mera simulação daquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade. (Kant, 2009, p. 163)*

No contexto da passagem acima, Kant rejeita que seja possível identificar a posteriori se uma ação é motivada ou não pela lei moral, uma vez que as exigências normativas da moralidade são apresentadas a priori pela razão independentemente do sucesso ou fracasso de qualquer rastreamento motivacional factual. Aqui, porém, Kant encontra-se claramente sem saída, visto que, de acordo com os próprios preceitos de sua teoria, uma identificação a priori da motivação moral da ação de seres racionais parece

alcançar o chamado “limite supremo de toda a investigação moral”. Isto porque o anomalismo psicológico imanente a essa descrição da causação mental em deliberações morais parece acarretar uma forma de anomalismo psicofísico em ações morais. Por essa razão, sustento que Kant poderia endossar as conclusões do segundo argumento de Hume contra a necessidade causal, desde que reconstruído à luz da tese do anomalismo psicofísico. Isto porque não há como se assegurar conhecimento a priori de como a relação causal entre eventos mentais e físicos pode se concretizar no âmbito da deliberação e ação morais de seres racionais.

Em resumo, concludo, então, que a versão reconstruída do segundo argumento de Hume contra a necessidade causal poderia ser persuasiva a partir da perspectiva de um filósofo como Kant. Tendo em vista que o conjunto de argumentos e, de forma mais geral, a própria estratégia argumentativa de Hume parece fracassar em face do escrutínio crítico realizado ao longo do tempo, acredito que o empreendimento teórico mais importante de sua obra, o desafio teórico às concepções modais de causação, seja descrito pela interpretação padrão seja pela interpretação realista cética, ainda pode adquirir um grau superior de plausibilidade. Isto em função da similaridade que um dos seus argumentos mantém com a convincente tese do anomalismo mental, desenvolvida por Donald Davidson e Kim Jaegwon.

## 6 Conclusão

Neste artigo, pretendi desenvolver uma reconstrução de um dos argumentos mobilizados por Hume contra a tradicional concepção modal de causação para mostrar como ele, quando apoiado pela tese do anomalismo psicofísico, pode ser convincente no debate contemporâneo sobre causação. Em primeiro lugar, revistei a estratégia geral e os principais argumentos humeanos com o intuito de apontar como eles, em larga medida, fracassam em atestar sua tese central. Em segundo lugar, sugeri uma reformulação mais eficaz da estratégia argumentativa de Hume para, assim, reintroduzir o seu melhor argumento contra a necessidade causal em sua versão reconstruída. Em terceiro lugar, apresentei o arcabouço teórico-conceitual em que essa reconstrução se baseia detalhando as noções de anomalismo psicofísico, apriorismo e nomologia da causação mente-corpo, que perfazem a versão reconstruída do argumento de Hume. Por fim, concluí argumentando, a partir da análise da causação mental no âmbito da teoria ética kantiana, que esse argumento humeano contra a necessidade causal poderia ser convincente aos olhos do próprio Kant, um dos filósofos que famosamente desenvolve uma explicação modal de causação.

## Referências

- ARMSTRONG, D. 1997. *A World of State of Affairs*. Cambridge, Cambridge University Press, 265 p.
- AYER, A. J. 2000. *Hume: A Very Short Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 125 p.
- COSTA, M. 1989. Hume and Causal Realism. *Australasian Journal of Philosophy*, **67**(2): p. 172-190.
- DAVIDSON, D. 1970. Mental Events. In: D. DAVIDSON (org.), 1980, *Essays on Actions and Events*, Oxford, Oxford University Press, p. 207-227.
- DAVIDSON, D. 1974. Psychology as Philosophy. In: D. DAVIDSON (org.), 1980, *Essays on Actions and Events*, Oxford, Oxford University Press, p. 229-239.
- DICKER, G. 1998. *Hume's Epistemology and Metaphysics: An Introduction*. London and New York, Routledge, 216 p.
- EWING, A. C. 1951. *The Fundamental Questions of Philosophy*. London, Routledge & Kegan Paul Ltd, 260 p.
- FOGELIN, R. 1985. *Hume's Skepticism in the Treatise of Human Nature*. London, Routledge & Kegan Paul Ltd, 242 p.

- HEMPEL, C. 1962. Deductive Nomological vs Statistical Explanation. In: J. H. FETZER (ed.), 2001, *The Philosophy of Carl G. Hempel: Studies in Science, Explanation, and Rationality*. Oxford, Oxford University Press, p. 87-145.
- HULSWIT, M. 2002. *From Cause to Causation: A Peircean Perspective*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 253 p.
- HUME, D. 2000. *Tratado da natureza humana*. Tradução: Déborah Danowski, São Paulo, Editora Unesp, 759 p.
- HUME, D. 2003. *Uma investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução: José Oscar de Almeida, São Paulo, Editora Unesp, 438 p.
- HUME, D. 2004. *Ensaaios morais, políticos e literários*. Tradução: Luciano Trigo, Rio de Janeiro, Topbooks, 850 p.
- JAEGWON, K. 1998. *Mind in a Physical World*. Cambridge, MA, MIT Press, 146 p.
- JAEGWON, K. 2005. Law, Causation, and Explanation in the Special Sciences. *History and Philosophy of the Life Sciences*, **27**(3/4): p. 325-338.
- JAEGWON, K. 2006. *Philosophy of Mind*. 2nd edition, Boulder, Westview Press, 352 p.
- KAIL, P. J. E. 2007. *Projection and Realism in Hume's Philosophy*. Oxford, Oxford University Press, 264 p.
- KANT, I. 2001. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 687 p.
- KANT, I. 2009. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução: Guido Antônio de Almeida, São Paulo, Barcarolla, 501 p.
- KANT, I. 2011. *Crítica da Razão Prática*. Tradução: Valerio Rohden, São Paulo, Martins Fontes, 294 p.
- LEVY, K. 2000. Hume, the New Hume, and Causal Connections. *Hume Studies*, **26**(1): p. 41-76.
- LEWIS, D. 1973. Causation. *Journal of Philosophy*, **70**(17): p. 556-567.
- LEWIS, D. 1986a. *Philosophical Papers. Volume II*. Oxford, Oxford University Press, 366 p.
- LEWIS, D. 1986b. *On the Plurality of Worlds*. Oxford, Blackwell Publishers, 276 p.
- MACKIE, J. L. 1980. *The Cement of the Universe: A Study of Causation*. Oxford, Clarendon Press, 329 p.
- PASSMORE, J. A. 1952. *Hume's Intentions*. Cambridge, Cambridge University Press, 164 p.
- PUTNAM, H. 1960. Minds and Machines. In: H. PUTNAM (org.), 1975, *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers, Volume II*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 362-385.
- QUINE, W. O. 1975. Dois Dogmas do Empirismo. In: *Os Pensadores*. Tradução: Andréia Maria Altino de Campos Loparié. São Paulo: Abril Cultural, p. 237-254.
- STRAWSON, G. 1989. *The Secret Connexion: Causation, Realism, and David Hume*. Oxford, Clarendon Press, 293 p.
- STRAWSON, P. F. 1952. *Introduction to Logical Theory*. London, Methuen & Co Ltd, 266 p.
- STROUD, B. 1977. *Hume*. London and New York, Routledge, 280 p.
- TOOLEY, M. 2003. Causation and Supervenience. In: M. LOUX and D. ZIMMERMAN (eds.) *The Oxford Handbook of Metaphysics*. Oxford, Oxford University Press, p. 386-434.
- WRIGHT, J. 1983. *The Sceptical Realism of David Hume*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 279 p.

Submetido em 20 de fevereiro de 2024.

Aceito em 11 de dezembro de 2024.